Especialistas atualizam áreas prioritárias para conservação da natureza no estado

Ter 13 novembro

Após dois dias de trabalho, especialistas de todo o país concluíram, nesta terça-feira (13/11), na capital mineira, o objetivo de identificar as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em Minas Gerais. O workshop promovido pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) reuniu cerca de 50 representantes de instituições de ensino e pequisa, órgãos ambientais, empresas ONGs e outras organizações.

A Oficina de Custos e Oportunidades do projeto “Áreas prioritárias: Estratégias para a Conservação da Biodiversidade e dos Ecossistemas de Minas Gerais” foi realizada a partir de uma parceria entre as organizações não governamentais WWF-Brasil e Fundação Biodiversitas e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), também com o apoio do Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais - Fase II (Promata II).

A ação, que envolveu estudiosos para discutir os temas e produzir estratégias para a proteção da natureza, foi elogiada pelo secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Anderson de Aguilar. Segundo ele, o momento é de agenda positiva para as questões ambientais em Minas Gerais, com a modernização do Sistema e órgãos colegiados (Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH).

“Há um resgate de nossa credibilidade junto aos servidores e ao público externo, com nossos produtos ganhando vitrine”, afirma. Aguilar também enfatiza que, mesmo com as dificuldades financeiras, o Governo do Estado conseguiu realizar investimentos, criando unidades de conservação, inaugurando sedes no interior e, agora, o trabalho de identificação das áreas prioritárias. “Essa ação nos permitirá uma base de planejamento com qualidade e quantidade”, destaca.

Workshop foi realizado, nos dias 12 e 13 de novembro, em BH (Crédito: Divulgação/Semad)

Para a diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas do IEF, Fernanda Silva, a estratégia representou uma meta abrangente, que engloba todo o estado, atualizando as áreas

onde o trabalho de conservação deve ser direcionado. “O objetivo é ter esse e outros estudos em mãos para servir de ferramenta para orientar o planejamento das ações do instituto e do Governo de Minas Gerais nos próximos anos”, explica.

Worshop

A proposta da oficina era identificar o melhor conjunto de áreas para conservação e para a restauração de espécies e ecossistemas em Minas Gerais. O trabalho, inclusive, complementa o atual sistema de unidades de conservação, buscando manter condições para a persistência das espécies e serviços ecossistêmicos a longo prazo.

Durante o workshop, foram apresentadas e debatidas variáveis de pressão e conflito para a conservação, bem como os critérios utilizados para sua proposição e as bases de dados espaciais pré-selecionadas. O exercício abrangeu, ainda, a definição de métricas e pesos mais adequados para os diferentes usos, de modo que seja possível consolidar todas as bases em uma única superfície analítica.

O estudo “Áreas prioritárias: Estratégias para a Conservação da Biodiversidade e dos Ecossistemas de Minas Gerais”é um instrumento de gestão territorial. Por meio de critérios técnicos, participação de especialistas e da sociedade civil são definidos conjuntos de áreas nos quais há maiores margens de retorno aos esforços de gestão ambiental.

O projeto orientará o desenho de políticas públicas e a rotina de decisões de todo o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema) na gestão ambiental em Minas Gerais, com dados espacialmente explícitos, confiáveis e de alta qualidade. Também é parte integrante do projeto o Plano de Ação Estratégico para que as ações de gestão possam ser devidamente planejadas e seu processo de implantação monitorado.

O principal objetivo é a criação de Base de Dados Geográfico de Biodiversidade, serviços ecossistêmicos e pressões antrópicas, que permita análises espaciais capazes de orientar as atividades de rotina e de tomada de decisões do Sisema.

Outro objetivo é a elaboração de mapas de áreas prioritárias especificamente adaptados, em escala e resolução adequadas às múltiplas necessidades da gestão ambiental pública, com vistas à conservação e restauração dos biomas. Os mapas terão múltiplas aplicações, podendo ser usados no cotidiano da fiscalização, da conservação da biodiversidade, da restauração florestal e conectividade de fragmentos. Também podem ser usados na gestão de recursos hídricos e no sistema de regularização ambiental que já utiliza o critério locacional em suas análises.